

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

WAGNER NUNES

SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

FLORIANÓPOLIS

2012

WAGNER NUNES

SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Leonardo Flach

FLORIANÓPOLIS

2012

WAGNER NUNES
SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota _____ atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo:

Florianópolis, 06 de agosto de 2012.

Prof. Dr. Irineu Afonso Frey
Coordenador de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Prof. Dr. Leonardo Flach (Orientador)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof. Dr. Ernesto Fernando Rodrigues Vicente
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof. Dr. Vladimir Arthur Fey
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos que sempre me dedicaram carinho e amor.

A minha mãe, Ana Maria Nunes, e toda minha querida família que, como tantas, foram base de minha educação, ensinando-me valores humanos indispensáveis.

Aos meus amigos especiais, que me apóiam e sempre estarão ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por sua porção existente em mim que me possibilita capacidade e sabedoria, mas também pelas oportunidades que me foram dadas na vida, principalmente por ter conhecido pessoas especiais que contribuíram no meu aprendizado.

A toda minha família e amigos, que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

A minha namorada, Ana Carolina, que sempre me apoiou e esteve ao meu lado nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, Leonardo Flach, pela dedicação e empenho para tornar esse trabalho real.

A todos os professores pela paciência e incentivo que tornaram possível a conclusão de mais esta etapa.

Aos amigos e colegas que sempre me incentivaram e me apoiaram nas minhas dificuldades e pelos inúmeros dias agradáveis em sala.

As empresas que se disponibilizaram a participar desta pesquisa.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho que é de concluir um curso de graduação em uma universidade pública de qualidade.

RESUMO

Em razão dos frequentes eventos de manipulação nas demonstrações financeiras de grandes organizações, nacionais e internacionais, mecanismos de controle têm se tornado cada vez mais necessários e, por conseguinte as discussões na academia são mais frequentes. O presente trabalho discute o tema Sistemas de Controle Interno, objetivando identificar a abrangência do uso de controle interno pelas empresas de pequeno porte - EPP, clientes de um banco da Grande Florianópolis. Para atender ao objetivo efetuou-se levantamento de dados, por meio de questionário, os quais foram analisados e descritos, o que caracteriza o estudo como pesquisa exploratória, qualitativa-quantitativa e survey. Os resultados demonstraram a existência de controle interno em parcela significativa da amostra pesquisada, noventa por cento das EPPs pesquisadas pautam suas decisões considerando os resultados do controle. Por se tratar de empresas de pequeno porte, a responsabilidade do controle interno recai sobre os proprietários, que em sua grande maioria, noventa e três por cento, possui formação acadêmica na área das ciências sociais aplicadas e que investem em sistemas que auxiliam no controle interno ou o executam utilizando ferramenta do Microsoft Office Excel.

Palavras-chave: fraudes contábeis, controle interno, empresas de pequeno porte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Triângulo da Fraude	21
Figura 2 – Estrutura geral do CobiT®	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Composição da Amostra	47
Gráfico 02 – Grupo Pesquisado.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Componentes do COSO <i>Repor</i>	31
Quadro 2 – Componentes inclusos pelo COSO <i>ERM</i>	33
Quadro 3 – Metodologia CoCo – Características e Critérios	36
Quadro 4 – Comparação dos modelos, COSO, CoCo e COBIT	40

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01 – Área de Atuação das Empresas Pesquisadas.....	48
Tabela 02 – Tempo de Constituição das Empresas.....	49
Tabela 03 – Número de Profissionais Atuando na Empresa	49
Tabela 04 – Objetivos da Implantação do Controle Interno	50
Tabela 05 – Áreas que possuem Controle Interno	51
Tabela 06 – Cruzamento de Dados Entre Área de Atuação e Setor com Controle Interno.....	51
Tabela 07 – Sistema de Controle Utilizado pelo Grupo Pesquisado.....	52
Tabela 08 – Profissional Responsável pelo Sistema de Controle Interno.....	52
Tabela 09 – Formação Acadêmica Por Curso dos Responsáveis Pelo SCI.....	53
Tabela 10 – Cruzamento dos dados Profissional Responsável pelo CI e Formação Acadêmica.....	53
Tabela 11 – Confiabilidade do Controle Interno nas Empresas Pesquisadas.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CI	Controle Interno
CICA	Canadian Institute of Chartered Accountants
COSO	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CoCo	Criteria of Control Committee
CobiT®	Control Objectives for Information and Related Technology
EUA	Estados Unidos da América
INTOSAI	International Organization of Supreme Audit Institutions
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
SOX	Lei Sarbanes - Oxley

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
1.4 DELIMITAÇÃO	17
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 FRAUDE	19
2.1.1 Triângulo da Fraude	21
2.2 AUDITORIA	22
2.3 CONTROLE	25
2.3.1 Controle Interno: Conceito	25
2.3.2 Métodos de Controle Interno	28
2.3.2.1 Metodologia COSO	29
2.3.2.2 Metodologia CoCo	34
2.3.2.3 Metodologia CobiT®	36
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	41
3.2 AMOSTRA	44
3.2.1 Caracterização da EPP	44
3.2.2 Composição da Amostra	46
4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS	48
4.1 CARACTERÍSTICAS DO GRUPO PESQUISADO	48
4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	55
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE	62

1 INTRODUÇÃO

Atualmente os casos de fraudes contábeis, tanto em entidades públicas quanto em entidades privadas, vêm ganhando mais espaço nos meios de comunicação. As empresas Worldcom e Enron são as mais famosas no que diz respeito ao assunto. Ambas distorciam os resultados das organizações e manipulavam informações quando repassadas aos usuários.

Segundo Cordeiro (2003, p. 45) há, também, o

“caso da Xerox, onde contratos de aluguel de equipamentos eram lançados como receitas de vendas, a empresa admitiu ter inflado as receitas em US\$ 1,9 bilhão durante cinco anos, declarando erroneamente vendas de equipamentos e contratos de serviços; a Merck inflou as receitas e os custos na mesma proporção; e a Tyco sonegou mais de um milhão de dólares em impostos e mudou várias de suas subsidiárias para paraísos fiscais”.

Recentemente, dessa vez em entidades públicas, os principais países da União Européia são acusados de manipular suas contas reduzindo o déficit de suas dívidas externas, provocando uma enorme crise na economia mundial (TAKAR, 2010).

As fraudes existem em muitos países, e o Brasil não é uma exceção. Diversos são exemplos como o caso da Parmalat, Bombril, Schincariol, Banco Bamerindus, Banco Santos e o mais recente, o caso do Banco Panamericano, todos no setor privado.

Tais casos levantam questões sobre a fidedignidade das informações, transmitidas por meio dos relatórios contábeis, implicando na perda da credibilidade e utilidade das informações.

Contudo, as manipulações das informações contábeis praticadas no Brasil divergem, quanto ao fim, das manipulações praticadas nos Estados Unidos da América – EUA. Segundo Silva (2003 apud Murcia e Borba, 2008, p. 3) as fraudes nas demonstrações contábeis do Brasil normalmente são para reduzir os impostos, enquanto que nos EUA estas são praticadas na intenção de manter ou buscar novos investidores por meio de vendas e negociações de títulos, visto que a participação

da população norte americana nos mercados de capitais é muito maior que no Brasil.

Na tentativa de evitar a ocorrência de novas fraudes contábeis foi criada nos EUA, por meio do congresso americano, em 30 de julho de 2002, a Lei Sarbanes-Oxley – SOX, que segundo Machado (2007, p. 13), “tornou-se necessária a ação de autoridades americanas para evitar maiores prejuízos com a descapitalização das empresas e recuperar a credibilidade do mercado.”

1.1 TEMA E PROBLEMA

O controle interno - CI consta na legislação brasileira desde meados da década de 1960, com a edição da Lei nº 4320/1964. A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação, no ano de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, reafirmaram a necessidade de manutenção do controle interno, ratificando-o como sistema de controle interno criado pela Constituição de Federal de 1988.

A participação do controle interno na administração, seja pública ou privada, ocorre de modo processual seja preventivamente, concomitante ou com ações posteriores, agregando informações e subsidiando as tomadas de decisões em busca de seus objetivos. Além de ser processual é contínuo, pois o controle interno está presente em todas as áreas desde a parte operacional, passando pelas finanças e contabilidade até a alta administração.

O tema tem sido discutido por diversos autores que, com seus entendimentos, dão ao controle interno papel preponderante no que se refere ao suporte que este propicia na tomada de decisões garantindo uma maior fidedignidade e transparência às informações que são disponibilizadas aos interessados internos e externos.

Tem sido crescente, nos noticiários das diferentes mídias, a ocorrência de fraudes, tanto na iniciativa privada, quanto no setor público, no âmbito nacional e internacional.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por meio da Resolução 836/00, ao interpretar tecnicamente as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC (2003, p. 179), caracteriza fraude como:

- a) manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados;
- b) apropriação indébita de ativos;
- c) supressão ou omissão de transações nos registros contábeis;
- d) registro de transações sem comprovação; e
- e) aplicação de práticas contábeis indevidas.

Fraude pode ser entendida como uma forma de obter vantagem injusta sobre outrem seja por ação ou omissão, por meio de conduta intencional ou má-fé. Tanto o ato de fazer, quanto o ato de deixar de fazer, caracteriza fraude.

Os motivos que podem levar uma empresa a fraudar suas demonstrações contábeis são diversos, Cohen e Felson (1979) destacam três: a motivação dos fraudadores, a presença de alvos disponíveis e, por fim, a inexistência de proteção (controles e sistemas), formando, assim, o Triângulo da Fraude (Fraud Triangle).

A legislação brasileira cria o sistema de controle composto pelo controle interno, auditoria interna e auditoria externa. Todo o sistema, a começar pelo controle interno, compõe uma ferramenta para combater fraudes nas organizações ou auxiliar na tomada de decisões para que as mesmas se mantenham no mercado cada vez mais acirrado.

Assim, a presente pesquisa busca responder: **As empresas de pequeno porte utilizam sistema de controle interno em suas administrações?**

1.2 OBJETIVOS

Os seguintes objetivos são definidos para o desenvolvimento da pesquisa:

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a abrangência do uso de controle interno pelas empresas de pequeno porte - EPP, clientes de um banco da Grande Florianópolis.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desse trabalho são:

- Identificar as principais características do controle interno na clientela pesquisada;
- Identificar os procedimentos adotados pelo controle interno nas empresas pesquisadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Devido à intensa competitividade das grandes organizações, profissionais da área contábil e executivos aproveitam-se de seus conhecimentos contábeis para manipular e distorcer as demonstrações, processo este conhecido como contabilidade criativa (creative accounting) (MURCIA; BORBA, 2005, p. 1).

Segundo Scarpin e Souza (2006, p. 1)

A utilização da contabilidade criativa permitiu que executivos manipulassem os resultados financeiros de grandes empresas conforme suas necessidades individuais fazendo com que números totalmente irreais fossem divulgados ao mercado dando a impressão de que algumas destas empresas eram uma grande oportunidade de investimento devido aos altos níveis de desempenho apresentados.

A realização de práticas contábeis questionáveis fez com que as demonstrações contábeis fossem perdendo sua credibilidade e inúmeros reflexos negativos surgissem tais como: perda da confiança de investidores, desinteresse e diminuição no valor das ações, menores arrecadações, demissões de funcionários, entre outros.

O mercado reagiu negativamente a essas práticas exigindo, da administração das organizações, a adoção de medidas de controle que acompanhem a eficácia e eficiência das operações, a fidedignidade das informações contábeis e financeiras e da conformidade dos atos com as leis e normas vigentes.

Assim, o controle interno, seja de organização pública ou privada, de grande, médio ou pequeno porte, deve atuar de forma preventiva, concomitante e subsequente, fiscalizando e detectando falhas ou falta de conformidade legal para que medidas sejam tomadas evitando, reduzindo ou corrigindo atos e fatos que possam comprometer o alcance das metas e objetivos daquela organização.

Segundo Murcia e Borba (2008, p. 2), há uma lacuna em pesquisas acadêmicas e publicações sobre o tema fraude e mecanismos de controle, considerando a relevância de sua contribuição social. Assim, o assunto tratado no trabalho é de muita importância para aqueles que desejam entender um pouco mais sobre fraude contábil e mecanismos de controle que possam coibir tais fraudes ou erros, principalmente contadores, investidores e acadêmicos.

1.4 DELIMITAÇÃO

Segundo Lakatos e Marconi (2000, p. 162) “[...] delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação”. Considerando tal pressuposto a presente pesquisa está limitada a investigar empresas com faturamento bruto anual de R\$ 360.000,00 a R\$ 3.600.000,00, clientes de um banco privado da Grande Florianópolis.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está disposto em cinco capítulos, neste primeiro, de introdução, apresenta-se o tema e problema, os objetivos geral e específicos, a justificativa da pesquisa, sua delimitação e, apresenta também, de que forma o presente trabalho se estrutura.

No segundo capítulo, o qual contém a fundamentação teórica do trabalho, são abordados pontos centrais, como conceitos fundamentais, objetivos de fraude, auditoria, controles internos e metodologias aplicadas aos mesmos. Tratam-se da abrangência, das funções e atividades de competência do controle interno na visão de organismos nacionais e internacionais e autores diversos

O capítulo três é dedicado aos procedimentos metodológicos utilizados quanto aos objetivos, problemática e procedimentos da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados. Na metodologia também é possível observar as limitações do presente estudo.

Os dados coletados pela presente pesquisa são tratados no quarto capítulo, por meio da descrição e análise dos mesmos. São, ainda, caracterizadas as empresas que aceitaram participar da pesquisa, identificando a existência ou não de sistema de controle, assim como expostas as diferentes formas de organização de seus órgãos de controle interno.

No último capítulo, expõem-se as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras, seguidas pelas referências exploradas na realização deste estudo e Apêndice A.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será desenvolvida a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento e entendimento do presente trabalho. Apresentar-se-á aqui o conceito de fraude, auditoria, controle interno e, por fim, os assuntos relacionados, com o objetivo de fundamentar e facilitar o entendimento na análise dos resultados.

2.1 FRAUDE

Fraude é um ato intencional (ação ou omissão) que visa obter vantagens injustas sobre os demais.

Do ponto jurídico, fraude é crime, delito, assim como roubo, estelionato, apropriação indébita, etc. e está previsto pena de um a cinco anos como consta no Código Penal Brasileiro, capítulo VI artigo 171 (1940)

Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento (BRASIL, 1940).

As fraudes contábeis, segundo Sá (1973, apud Dvoranoski, 2010, p. 6)

(...) resultam de representação inverídica de fenômeno patrimonial, tornando inadequado um balanço. O que caracteriza a fraude no terreno da contabilidade é a falsa apresentação de um fenômeno relativo aos valores que constituem o patrimônio aziendale, e é necessário que este seja atingido para que realmente exista o fato. Enquanto a fraude em geral é todo processo que vise a faltar à verdade para atingir diversos fins, a fraude contábil limita-se exclusivamente ao campo patrimonial.

A fraude é praticada com o propósito de lesar alguém por meio de informações privilegiadas em benefício próprio. Caracteriza-se como um ato intencional e prejudicial. No entanto não pode ser confundida com erro, visto que, a fraude é um ato doloso, propositalmente praticado e o erro um ato culposos em que não há intenção de sua prática, pelo agente.

A diferenciação entre fraude e erro é fundamental, pois são conceitos muito próximos. Para Sá e Hoog (2005, apud MURCIA e BORBA, 2008 p. 3), a fraude

(...) é sempre um delito, [...] que é um fato que a lei declara de forma expressa como sendo punível por ser crime, do tipo doloso como: conluio, roubo, fraude, estelionato, apropriação indevida de recursos, ou qualquer tipo de crime contra a ordem tributária, a relação de consumo e o sistema financeiro nacional.

Enquanto o erro

(...) é sempre um ilícito [...] que são os atos proibidos por lei e prejudiciais à moral, à qualidade de vida, à função social da propriedade e ao sossego público, tais como: erro, ignorância, desídia, imperícia, omissão; também são considerados atos ilícitos os que violarem direitos ou causarem dano material ou moral a outrem.

O CFC por meio da interpretação técnica da NBC (2003, p. 132) define fraude e erro como:

- a) fraude, o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis; e
- b) erro, o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis (CFC, 2003, p. 132).

Em estudos realizados por Murcia, Borba e Schiehl (2007, p. 3) os autores distinguiram a fraude em dois grupos, apropriação indevida dos ativos e fraude nas demonstrações contábeis, que podem ocorrer simultaneamente, assim a demonstração contábil fraudulenta sugere a evidência de apropriação indevida de ativos.

Para alguns auditores a fraude contábil com o objetivo de evitar a fuga de investidores é a mais arriscada e mais cara potencializando as consequências para uma organização.

Ainda segundo a mesma reportagem, o mercado classifica a fraude em três categorias: a operacional, quando acontece no ambiente da operação; a corrupção, que envolve, por exemplo, o pagamento de propinas; e a ocupacional, quando alguém se utiliza do cargo que ocupa para praticar uma atividade ilícita, como falsificação de documentos ou roubo de ativos. Na última categoria se enquadra a fraude contábil.

Um dos fatos que facilita a ocorrência de fraudes, segundo Albrecht e Romney, (1986 apud Murcia, Borba e Schiehl, 2007, p. 4) e Wells, (2005 apud

Murcia, Borba e Schiehl, 2007, p. 4) é “A entidade possuir um sistema de controle interno inadequado”, corroborado por Sá e Hoog (2005, apud Murcia, Borba e Schiehl, 2007, p. 4) ao afirmarem que controles internos precisos são garantia contra a ocorrência de fraudes, mas não basta ter um controle interno eficaz, existem outras razões que levam a ocorrência de fraudes. Steve Albrecht (2003), em seus cursos sobre fraude evidencia três elementos comumente identificados em casos de fraudes: o triângulo da fraude.

2.1.1 Triângulo da Fraude

O Triângulo da Fraude (*fraud triangle*) surgiu na criminologia e foi adaptado à contabilidade com o interesse de identificar as circunstâncias que levam um indivíduo a cometer atos fraudulentos na contabilidade.

Os elementos chaves das fraudes estão representados pelas três vértices do triângulo: racionalização ou visão, necessidade ou pressão e a oportunidade.

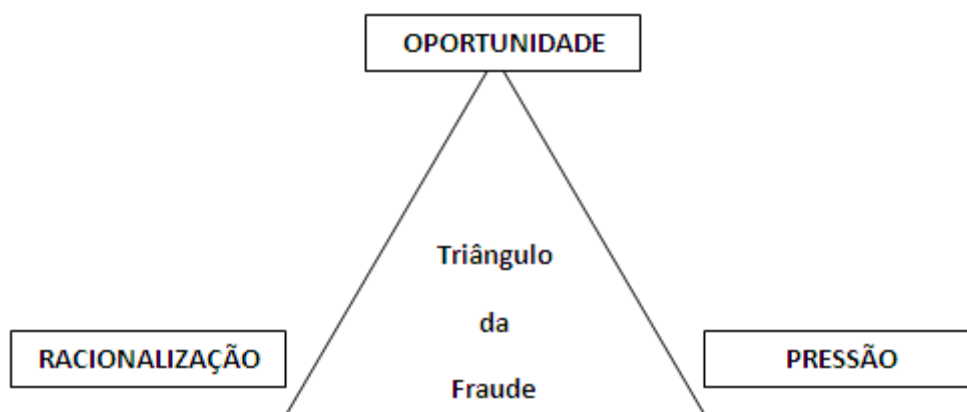


Figura 1: Triângulo da Fraude

Murcia, Borba e Schiehl (2007, p. 5) definem os vértices do Triângulo da Fraude como:

- Primeiro vértice (racionalização) refere-se ao modo de o indivíduo enxergar a fraude, o certo e o errado. O modo de racionalizar seus atos, de se sentir mais confortável na hora de cometer um ato fraudulento.

- O segundo vértice (pressão) caracteriza o modo em que o indivíduo se encontra, como por exemplo, os problemas com dívidas e perdas, ou para evidenciar uma situação financeira favorável diante de usuários externos.
- Já o terceiro vértice (oportunidade) nada mais é do que a percepção das oportunidades para a realização do ato fraudulento. A oportunidade é resultado da inexistência ou ineficiência de um sistema de controle interno.

A fraude contábil é dinâmica, começa na motivação, que ocorre normalmente pela pressão interna ou do mercado, por exemplo, quando a empresa precisa melhorar seus índices para continuar captando ou mantendo as ações em alta. Já a oportunidade surge quando uma fragilidade específica dos controles e processos internos da organização é detectada.

Portanto a fraude contábil é um risco recorrente, tanto na prosperidade quanto na crise. Para evitar tais ocorrências e dar maior credibilidade às demonstrações contábeis, é necessário que as organizações mantenham seus Sistemas de Controle muito bem adequados, sejam pelas auditorias externas e internas como pelo seu controle interno.

Murcia e Borba (2005) ao aprofundarem os conhecimentos acerca do tema 'fraudes' afirmam que poucos acadêmicos têm estudado o referido tema, pois, segundo Kanitz (1999, apud Murcia e Borba, 2005) o Brasil "é pouco auditado e muito vulnerável a ação de corruptores e corruptíveis" e para Silva (2004, apud Murcia e Borba 2005) "existe uma deficiência no ensino da contabilidade no Brasil. Segundo os autores apenas é discutido nas universidades a 'contabilidade do bem'. As práticas contábeis inadequadas não são estudadas."

2.2 AUDITORIA

Objetivando atender as grandes organizações multinacionais, complexidade dos negócios, participação acionaria na forma de capital das

empresas, necessidade de informações contábeis verídicas e confiáveis, além de outras motivações, surge à auditoria.

O sucesso das organizações está intrinsecamente ligado ao controle a que são submetidas. Para Boynton, Johnson e Kell, 2002, (apud, Roncálio, 2009) há a necessidade de monitoramento contínuo e avaliações periódicas, por meio de fontes internas como administração e auditoria interna, e fontes externas, como clientes, fornecedores, agências reguladoras e auditores externos.

O CFC por meio de interpretação técnica da NBC define auditoria como:

A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica (CFC, 2003, p. 131).

Para Sá (2002) no início a auditoria era uma técnica limitada à verificação da exatidão dos registros contábeis. Com o passar dos anos e a necessidade de verificação completa com o intuito de determinar a real situação das organizações, o conceito e as atribuições da auditoria tornaram-se mais abrangentes.

Ainda, segundo Sá (2002, p.25)

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza azidental, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

Para Roncálio (2009), cabe à auditoria verificar se há uma adequada exposição dos efeitos que a exatidão dos registros e das informações transmitidas geram sobre o patrimônio e os resultados destas organizações, observados os princípios e normas aplicáveis.

Segundo as Normas Internacionais de Auditoria o objetivo da auditoria é dar suporte ao auditor para que este embase seu parecer sobre se as demonstrações contábeis foram executadas de acordo com a estrutura conceitual

aplicável àquela organização, proporcionando credibilidade às informações contábeis (IBRACON, 1998).

Já Lima e Castro (2003) defendem que a auditoria é o controle do patrimônio das mais variadas formas, tendo como objetivo a comprovação da veracidade dos registros contábeis e a legalidade/legitimidade dos atos e fatos, precisando remeter-se à análise de toda a estrutura da organização, seu desempenho, sua operacionalização, seus registros e seus controles. Pensamento este corroborado por Magalhães, Lunkes e Müller (2001), quando enfatizam os elementos abaixo elencados, ao tratarem do objeto da auditoria:

- a) Planejamentos;
- b) Controles Internos;
- c) Sistema de Informação Contábil.

Assim, a auditoria monitora toda a organização, verificando suas metas e objetivos, analisando a abrangência e a adequação dos controles internos utilizados, verificando o reflexo do planejamento, da execução e do controle no sistema de informação contábil da organização.

A auditoria nas organizações pode ser classificada em externa, que no Brasil, é exercida por auditores independentes e regulada pelas Normas Técnicas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC T 11), e interna que também é disciplinada pelas NBC, emitida pelo CFC na qual expõe:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos (CFC, 2003, p. 375).

Para Boynton, Johnson e Kell (2002, p.932)

Auditoria interna é uma atividade independente, de fornecimento de segurança objetiva e de consultoria que visa acrescentar valor a uma organização e melhorar suas operações. Trazendo para a organização uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhora da eficácia de seus processos de gerenciamento de risco, controle e governança, ajuda-a a atingir seus objetivos.

Com base nos conceitos apresentados, fica evidenciado que as auditorias, externa e interna, têm diferenças relevantes quanto à extensão dos trabalhos e ao público a quem buscam atender, além da relação diferenciada do auditor com a organização. Evidencia-se, também, que a auditoria, de modo geral, examina todos os fenômenos que resultam em variação patrimonial, quantitativas ou qualitativas, na entidade, visando verificar a honestidade dos administradores, detectar desfalques e fraudes e que é precedida pelo controle interno.

2.3 CONTROLE

Diante dos diversos escândalos financeiros envolvendo grandes corporações que por meio de práticas contábeis fraudulentas supervalorizavam seus ativos, reduziam seus passivos e obtinham grandes lucros, tornou-se necessária a interferência de autoridades americanas para recuperar a credibilidade do mercado e a confiança dos investidores, evitando assim um colapso mundial.

Em 30 de julho de 2002 foi aprovada pelo congresso americano a Lei SOX, com a finalidade de proporcionar maior confiabilidade e qualidade nas demonstrações contábeis fornecidas pelas empresas, bem como evitar a fuga dos investidores.

No Brasil, o fortalecimento do mercado de capitais na última década, sobretudo nas companhias de capital aberto, levou a uma melhor estruturação dos processos e de controles internos, bem como a maneira como as informações contábeis e financeiras são geradas e reportadas ao mercado. Operacionalmente as administrações devem estar atentas aos mecanismos de prevenção de práticas ilícitas, mas não devem esquecer que por mais efetivos que sejam esses mecanismos não estão livres de algum incidente.

2.3.1 Controle Interno: Conceito

Para o Instituto de Auditores Internos do Brasil (AUDIBRA) controle interno é qualquer ação tomada pela administração, para aumentar a probabilidade

de atingir os objetivos e metas previamente definidos. Ações como planejamento, organização, direção e controle do desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização (AUDIBRA, 1992).

Controlar, então, nada mais é do que manter uma contínua verificação dos procedimentos adotados, objetivando ajustar os possíveis desvios em confronto com os padrões, metas, programas previamente estabelecidos, ou seja, efetuar uma constante análise comparativa entre o que foi planejado com o que foi executado.

Para Fayol (1989, p.130)

O controle consiste em verificar se tudo corre de acordo com o programa adotado, com as ordens dadas e com os princípios admitidos. Tem por objetivo assinalar as faltas e os erros, a fim de que se possa repará-los e evitar sua repetição. Aplica-se a tudo; às coisas, às pessoas, aos atos.

Segundo Cruz e Glock (2007, p. 20) o controle caracteriza-se:

[...] por qualquer atividade de verificação sistemática de um registro, exercida de forma permanente ou periódica, consubstanciada em documento ou outro meio, que expresse uma ação, uma situação, um resultado etc., com o objetivo de se verificar se existe conformidade com o padrão estabelecido, ou com o resultado esperado, ou, ainda, com o que determinam a legislação e as normas.

Para Anthony e Govindarajan (2002), o controle, fundado na perspectiva contábil, demonstra um mecanismo sistêmico composto por quatro elementos que atuam cooperativamente: (1) o elemento *detector* que identifica e age ao surgimento de situações e ocorrências no âmbito do processo que está sob controle; (2) o elemento *avaliador* que determina a importância das ocorrências, às vezes por comparação com padrões; (3) o elemento *executante*, que altera o comportamento do processo quando o *avaliador* identifica ocorrências relevantes; (4) o elemento de *comunicação* que interliga, com informações, os elementos *detector* e *avaliador* e *avaliador* e *executante*.

Assim, por controle interno entendem-se todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos verificados na empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio (FRANCO; MARRA, 1991, p. 207).

O controle Interno é classificado em contábil que serve para garantir a proteção dos ativos, mas também, a confiabilidade e validade dos registros e sistemas contábeis e, administrativos que são procedimentos existentes para assegurar a eficiência operacional e o cumprimento das diretrizes definidas pelo corpo diretivo (AVALOS, 2009, p. 42).

Migliavacca (2004, p. 17) ao enfatizar as informações contábeis no processo de controle define controle interno como:

[...] o planejamento organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados dentro de uma empresa, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção.

Para o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados – AICPA (apud Attie, 2007, p.197)

[...] o controle interno compreende o plano de organização e conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

O CFC definiu por meio da Resolução n. 820/1997, o controle interno como:

O sistema contábil e de controle internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional (CFC, 2006, p. 204).

Para *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO (COSO, 2008) o controle interno é o processo, efetuado pelo conselho de administração, pela administração ou por outras pessoas, que pretende o fornecimento de uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos nas seguintes categorias:

- Eficiência e eficácia das operações;
- Fidedignidade das informações financeiras;
- Conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis àquela entidade.

Para consecução da eficiência, eficácia e conformidade das operações é necessário ter um modelo, um planejamento, um plano de organização por meio do qual se inicia a concepção do controle interno determinado pelas políticas a serem desenvolvidas na organização. Num segundo momento faz-se necessário avaliar os rumos que estão sendo seguidos comparando-os com o que foi planejado e, se necessário, alterando-os. Por fim se avalia os resultados com os atos e fatos consumados verificando os números e a observação da norma, devendo este processo ser realizado por meio de auditorias internas.

Além dos aspectos contábeis e administrativos os recursos humanos influenciam diretamente na qualidade do controle interno, não adianta ter planejamento efetivo, sistemas bem desenvolvidos, políticas claramente estabelecidas, práticas salutares, eficiência e eficácia operacional se a organização não possuir um quadro de pessoal bem dimensionado, competente e envolvido com os objetivos (CRUZ E GLOCK 2008; ATTIE, 2009; AVALOS, 2009).

Diante desses conceitos, pode-se afirmar que controle interno envolve todos os processos e rotinas, de natureza contábil e administrativa, com o intuito de organizar a empresa de tal maneira que seus colaboradores compreendam, respeitem e façam cumprir as políticas traçadas pela administração; os ativos tenham sua integridade protegida; e por fim, que as operações da organização sejam adequadamente registradas na contabilidade e as demonstrações financeiras sejam fidedignamente retratadas.

2.3.2 Métodos de Controle Interno

Organismos internacionais, como O Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, dos EUA, o Canadian Institute of Chartered Accountants - CICA, do Canadá, e The Information Systems Audit and Control Foundation - ISACF, do Reino Unido, objetivando sistematizar os procedimentos, apresentaram propostas metodológicas de controle interno.

2.3.2.1 Metodologia COSO

O Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO desenvolveu duas metodologias: COSO Report e COSO ERM (Enterprise Risk Management).

Para auxiliar os estudos sobre as causas de fraudes nos relatórios financeiros e contábeis, em 1985, numa iniciativa independente do setor privado, patrocinada pelas cinco principais associações profissionais da área financeira, a saber: American Institute of Certified Accounts Public - AICPA (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados); American Accounting Association - AAA (Associação Americana de Contadores); FEI - Financial Executives Internacional (Executivos Financeiros Internacional); The Institute of Internal Auditors - IIA (Instituto dos Auditores Internos) e Institute of Management Accountants - IMA (Instituto dos Contadores Gerenciais), todas com sede nos EUA, criou a National Commission on Fraudulent Financial Reporting (Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros – Comissão Tradeway), tendo como seu primeiro objeto de estudo os controles internos (COSO, 2008).

Tendo como primeiro presidente James C. Tradeway Jr., origem do nome Tradeway Commission, posteriormente transformou-se em Comitê das Organizações Patrocinadoras e passou a ser conhecido como COSO - The Committee of Sponsoring Organizations (OLIVEIRA E LINHARES, 2006).

Sem nenhum vínculo com as patrocinadoras, a instituição é constituída por representantes, dos contadores (públicos independentes e ligados a contabilidade pública), de empresas de investimentos e da Bolsa de Valores de Nova York, da indústria e já desenvolveu recomendações para as empresas públicas e seus auditores independentes, para a Securities and Exchange Commission - SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos EUA) e outros reguladores, e para instituições educacionais (COSO, 2008).

Em 1992 a Comissão Tradeway publicou o primeiro trabalho sob o título Internal Control - Integrated Framework (Controles Internos – Um Modelo Integrado), o protocolo COSO I, também denominado The COSO Report, que, segundo Davis e Blaschek (2006), expõem que os controles internos devem fornecer proteção contra

riscos e, como esses riscos variam, as organizações devem monitorá-los e adequar constantemente seus controles internos.

O Relatório COSO (2008) oferece um referencial comum a todos que estão envolvidos com o controle interno, entende referido controle como um processo desenvolvido com a finalidade de fornecer uma segurança razoável quanto à eficiência e eficácia das operações, fidedignidade das informações financeiras e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Segundo Avalos (2009, p. 54) o Relatório COSO tem como finalidade

“estabelecer uma definição comum de controle interno que responda às necessidades das diferentes partes e facilitar um modelo básico para que as empresas possam avaliar seus sistemas de controles internos independentemente de seu tamanho ou natureza.”

Para Borgerth, (2007, apud Silva e Machado, 2009, p 06), a metodologia do COSO está baseada em quatro conceitos-chave:

- Controle interno é um processo: não representam um fim, mas meios para se atingir um determinado fim;
- Controles Internos são conduzidos por pessoas: não se trata de um manual ou formulário, mas abrange todo o conjunto de pessoas que interagem com a organização, independentemente do nível em que atuam;
- O que se espera com uma política de Controles Internos: obtenção de uma razoável certeza a respeito da qualidade de informação, pois não há como se chegar à garantia total.
- Para que são gerados Controles Internos: para se alcançar objetivos em uma categoria específica, ou em várias categorias, que, embora separadas, são inter-relacionadas.

Para assegurar o atendimento das necessidades de seus usuários o *Internal Control - Integrated Framework*, ou *COSO Report* desmembrou o controle interno em cinco elementos, ou componentes, interligados, que segundo Avalos (2009, p.55), “são decorrentes do estilo gerencial, portanto integrados ao processo de direção” e, ainda, segundo Barbosa, Pugliese e Spechio (1999), objetivam analisar e melhorar a efetividade dos controles internos, subsidiando a

administração e demais usuários para que sejam avaliados os sistemas de controle interno.

Roncálio (2009, p. 40) ao tratar o tema elaborou o quadro abaixo sintetizando, de forma prática, os cinco elementos ou componentes do COSO.

Quadro 1 – Componentes do COSO Report (*Internal Control - Integrated Framework*)

Componentes de Controle	Descrição
Ambiente de Controle	Base para os demais componentes de controle, determinando disciplina e estrutura este componente deve influenciar a consciência das pessoas da organização quanto à cultura de controle, adequada designação de autoridade e responsabilidades e alocação de recursos, baseando-se em fatores de ética, integridade, formas de conduta, políticas de recursos humanos, estrutura da organização, atuação e atenção da alta administração.
Avaliação de Risco	Nesta etapa devem ser considerados três fatores: a) os objetivos da organização; b) a identificação e a análise de riscos na informação financeira; e c) a avaliação de risco de fraude. A identificação e análise de riscos (internos e externos) são relevantes ao alcance dos objetivos da organização, portanto, nesta avaliação, devem ser observados: a severidade, a frequência com que estes ocorrem, o grau de impacto, determinando, a partir daí, como a organização administrará tais riscos.
Atividades de Controle	Políticas e procedimentos que asseguram que os planos e direcionamento indicados pela administração sejam atingidos e ocorram em toda a organização, em todos os níveis, em todas as funções, incluindo a segurança física e lógica dos sistemas. Ajudam a assegurar a adoção de medidas contra os riscos avaliados anteriormente
Informação e Comunicação	Independente do tamanho, todas as organizações devem identificar, capturar e comunicar informações pertinentes em tempo hábil permitindo às pessoas a realização de atividades e cumprimento de suas responsabilidades. Este papel é cumprido pelo sistema de informações que produzem relatórios contendo dados e informações operacionais, financeiras e de conformidade que possibilitam a condução e o controle da organização. Estas informações são geradas tanto de maneira interna como externamente e que assim também são divulgadas. Os sistemas de informações das organizações devem permitir o fluxo adequado em toda a organização, dos níveis hierárquicos inferiores para os superiores e vice-versa e com órgãos externos. A comunicação envolve, ainda, o fornecimento de entendimento claro dos papéis e responsabilidades que cabem aos controles internos sobre a elaboração e apresentação de relatórios financeiros.
Monitoramento	Responsável para verificar e avaliar a efetividade dos controles internos, o monitoramento inclui: a) acompanhamento; b) avaliações; e c) relato de deficiências. O acompanhamento contínuo deve ser efetuado nas operações, nas atividades regulares de gerenciamento e supervisão e em outras atividades decorrentes da realização de tarefas por parte das pessoas da organização, pode ser efetuado, também, por avaliações pontuais e temporárias, revisões eventuais e auditoria interna. Quando constatadas ineficiências, irregularidades ou erros, tais eventos devem ser informados ao supervisor responsável ou, dependendo da situação, à alta

	administração. Este componente envolve a avaliação de desempenho e de tempestividade dos controles internos, bem como suas ações corretivas e de adequação quando constatadas.
--	--

Fonte: RONCÁLIO (2009).

Com a descrição apresentada acima é possível visualizar que a integração entre os elementos, envolvendo todas as unidades e atividades da organização, é essencial para cumprimento a que se propõe o controle interno: eficiência e eficácia nas operações, fidedignidade das informações e conformidade com leis e regulamentos.

O Relatório COSO tem se tornado um referencial mundial, especialmente após os escândalos empresariais de corrupção, fraudes, desvios éticos e entre outros que estão diariamente nas manchetes das diferentes mídias. Para coibir tais ações fraudulentas, o poder público americano ao adotar medidas preventivas contra fraudes corporativas, econômica, financeira e empresarial, promulgou, em 2002, nos EUA, a Lei SOX, tratada anteriormente, que reforça a necessidade de utilização de metodologias de controles internos para o combate de fraudes.

Oliveira e Linhares (2006, p. 07) destacam que o COSO *Report* é “o mais usado e recomendado pelas companhias em fase de implantação da SOX”. Segundo os autores, corroborados por Avalos (2009, p. 53), as empresas brasileiras também estão utilizando referida metodologia, por ser um “[...] marco de desenvolvimento e pesquisa, entre outros relatórios conceituais [...]”.

Com a necessidade do exercício do controle pelo setor público a *International Organization Of Supreme Audit Institutions* - INTOSAI, ao atualizar os *Guidelines for Internal Controls Standards for the Public Sector* (Padrões de Controles Internos para o Setor Público), também adotou a metodologia COSO *Repor* (INTOSAI, 2004).

A utilização do Relatório COSO por diferentes setores organizacionais, na prevenção aos riscos, desencadeou a necessidade de aperfeiçoamento da metodologia. Em 2001 foram realizados novos estudos em parceria com a *PricewaterhouseCooper*, objetivando o fornecimento de conceitos e práticas para auxiliar as organizações no desenvolvimento de programas eficazes para identificar, medir, priorizar e responder aos riscos (AAA, 2002).

Como resultado foi divulgado, em 2004, o documento *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* (Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada), conhecido como *ERM* ou COSO II, o qual defende que, para se atingir os objetivos estabelecidos na missão e na visão da organização, os riscos devem ser gerenciados considerando quatro categorias:

- Estratégias, metas e missão devem estar alinhadas;
- Operações, eficácia e eficiência na utilização dos recursos;
- Comunicação, relatórios confiáveis informando decisões e resultados;
- Conformidade, leis e regulamentos aplicáveis àquela organização devem ser cumpridos (COSO, 2007).

Além das quatro categorias o COSO *ERM* inclui mais três componentes:

- Fixação de Objetivos;
- Identificação de Eventos; e
- Resposta ao Risco.

Complementando o quadro 1, Roncálio (2009) demonstrou as inter-relações dos componentes do COSO *ERM*, no quadro 2:

Quadro 2 – Componentes inclusos pelo COSO ERM (*Enterprise Risk Management –Integrated Framework*) em complemento ao COSO Report

Componentes de Controle	Descrição
Fixação de Objetivos	Os objetivos são fixados no âmbito estratégico, portanto devem estar alinhados com a missão da organização e estabelecer uma base para os objetivos operacionais, de comunicação e cumprimento de normas. Este componente é pré-requisito à identificação de eventos, à avaliação de riscos e às respostas ao risco, pois, é necessário que objetivos existam para que sejam identificadas e avaliadas as circunstâncias e as causas que afetariam a sua realização, àquelas que seriam toleráveis e, para aquelas que não são toleráveis pela organização, para que sejam adotadas medidas necessárias para administrar tais riscos.
Identificação de Eventos	Faz-se necessário que sejam identificados os eventos que se ocorrerem afetarão a organização e, identificar ainda, se estes eventos representam oportunidades (que devem ser canalizadas ao processo de fixação de estratégias e objetivos) ou se podem ter algum efeito adverso para que a organização programe sua estratégia e alcance seus objetivos (riscos). Para a identificação de eventos devem ser considerados internos e externos a organização (incidentes e ocorrências).
Resposta ao Risco	Após uma avaliação de riscos pertinente e eficaz, é necessário que se determine como tais riscos serão respondidos, incluindo as alternativas de evitá-los, reduzi-los, compartilhá-los ou aceitá-los.

	Nesta etapa, ao considerar a resposta ao risco, a administração o efeito sobre a probabilidade de sua ocorrência e seu impacto, assim como os custos e benefícios dessa resposta, selecionando uma resposta que mantenha os riscos residuais dentro de das tolerâncias desejadas.
--	---

Fonte: RONCÁLIO (2009)

A autora demonstra que cada componente aplica-se às categorias a serem alcançadas pelo controle devendo a organização como um todo ser abrangida, podendo ser identificado que, tanto os conceitos e componentes do *COSO Report*, como do *COSO ERM* podem ser utilizados por qualquer organização, seja qual for sua característica, todavia é importante ressaltar que os componentes podem ser implementados distintamente, pois a base para os demais componentes são o ambiente de controle e a fixação de objetivos.

2.3.2.2 Metodologia CoCo

Adotando os passos dos EUA na busca de auxílio a administração das organizações na avaliação e implementação de um ambiente de controle que possibilite o alcance dos objetivos operacionais e estratégicos da organização o Canadá, edita em novembro de 1995 por meio do *Canadian Institute of Chargered Accountants* – CICA (Instituto Canadense de Contadores), e *Criteria of Control Commitee* – CoCo (Comissão de Critérios de Controle), o manual *Guidance on Assessing Control – The CoCo Principles* (Orientações sobre Avaliação de Controle – Os Princípios do CoCo) (CICA, 1997).

O entendimento dessa metodologia é de que o controle interno envolve os recursos, sistemas, processos, planejamento, aprendizado contínuo, indicadores de desempenho e cultura organizacional que, em conjunto, possibilitam que as pessoas atinjam os objetivos da organização à qual pertencem (CICA, 1997).

Segundo o editorial EFE - Engenheiros Financeiros e Consultores, o americano COSO atinge 75% das aplicações mundiais de sistemas de controle mas a influência canadense está crescendo, por ser mais abrangente do que o americano.

Para Moraes (2003), o foco da avaliação do CoCo são os objetivos da organização e os riscos a eles relacionado, porém essa metodologia de controle interno baseia-se no comportamento das pessoas da organização se concentrando na alta administração. Sua segunda publicação, (dezembro de 1995) feita logo em seguida a primeira, tem foco na alta direção: "*Guidance for Directors - Governance processes for control*" descrevendo os procedimentos que os diretores de uma organização devem adotar para assumir adequadamente suas responsabilidades, destacando controles gerenciais efetivos.

Barbosa, Pugliese e Specchio (1999 p. 15-16) defendem que o “controle torna-se um conceito mais amplo que apenas o cuidado com as demonstrações financeiras, compliance e segurança dos ativos”, pois, além de disponibilizar informações financeiras ao público externo, a metodologia CoCo preocupa-se com as informações disponibilizadas e utilizadas internamente.

Por ser uma metodologia que define controle como "aqueles elementos de uma organização que, considerados em conjunto, apóiam as pessoas na obtenção dos objetivos da organização" (CICA, 1997), exige, dos envolvidos, compreensão sobre controle interno e o gerenciamento dos riscos e comprometimento com as atividades, pois a avaliação das tarefas e processos ocorre por meio de auto-avaliações internas possibilitando adequações que visem o melhoramento.

Moraes (2003, p. 33) defende o conceito básico da metodologia CoCo como:

[...] para realizar uma tarefa as pessoas devem compreender seu propósito (o objetivo a ser atingido), possuir capacidade necessária (informação, recursos e habilidades). Além disso, a pessoa necessitará de um senso de comprometimento para realizar bem a tarefa ao longo do tempo, devendo monitorar sua performance e o ambiente externo para que possa aprender como melhor realizá-la e quais as mudanças que devem ser feitas e isso vale não só para um indivíduo mas para um grupo de trabalho.

Objetivando fornecer um arcabouço genérico para montagem de controles internos, a metodologia CoCo apresenta alguns componentes para seu funcionamento o qual se compõe de quatro blocos de características e vinte critérios de controle, resumidos a seguir:

Quadro 3 – Metodologia CoCo – Características e Critérios

BLOCO A: PROPÓSITOS – critério que gera um sentido de direção da organização		BLOCO C: CAPACITAÇÃO – critério que gera um sentido de competência da organização	
1	Estabelecer objetivos e comunicar	1	As pessoas devem ter o conhecimento e habilidades necessárias
2	Identificar e avaliar riscos internos/externos relevantes face a objetivos	2	Os processos de comunicação devem suportar valores e objetivos
3	Estabelecer/comunicar políticas sobre objetivos/gerenciamento de riscos	3	As informações relevantes devem ser comunicadas adequadamente
4	Estabelecer/comunicar planos incluindo metas de desempenho/medidas	4	Decisões e ações devem ser adequadamente coordenadas
5	Objetivos e planos devem ter metas, medidas e indicadores	5	Atividades de controle são parte integral da organização
BLOCO B: COMPROMETIMENTO – critério que gera os sentidos da identidade e valores da organização		BLOCO D: MONITORAMENTO E APRENDIZAGEM – critério que gera um sentido da evolução da organização	
1	Estabelecer e comunicar valores éticos, inclusive integridade	1	Os ambientes externos e internos devem ser monitorados
2	Criar e praticar políticas de RH consistentes com a ética e objetivos	2	O desempenho deve ser monitorado contra os objetivos e metas
3	Definir autoridade, responsabilidade e comprometimento com objetivos	3	Rever premissas dos objetivos continuamente como desafio
4	Criar mútua confiança rumo aos objetivos e desempenho dos objetivos	4	Sistemas de informação devem levar em conta deficiências/ mudanças
		5	Procedimentos de followup devem ser rotineiros
		6	A Direção deve avaliar periodicamente o sistema de controles e comunicar os resultados a quem deve melhorá-los

Fonte: EFE - Engenheiros Financeiros e Consultores (1999)

2.3.2.3 Metodologia CobiT®

Seguindo o exemplo americano e canadense, o Reino Unido editou em 1996 a primeira versão do modelo COBIT® (*Control Objectives for Information and related Technology*), focando o controle e a análise dos sistemas de informação, em 1998 foi publicada a segunda edição que adicionou o guia prático de implementação e execução da metodologia. A edição atual, datada de 2000, coordenada pela *IT Governance Institute* - ITGI, inclui recomendações de gerenciamento de ambientes de TI observando o modelo de maturidade de governança. (FAGUNDES, 2004).

Esta metodologia aborda o Controle Interno como um conjunto de processos, políticas, práticas, procedimentos e cultura empresariais que possibilite segurança promovida pela eficiência operacional, pela confiabilidade e integridade das informações, pela disponibilidade de dados e relatórios confiáveis e pelo fato da empresa estar em harmonia com a regulamentação a que se sujeita (JORDÃO e SOUZA, 2008)

Segundo Fagundes (2004) o CobiT® é um guia para a gestão de TI recomendado pelo ISACF (Information Systems Audit and Control Foundation, www.isaca.org), que inclui recursos como sumário executivo, framework, controle de objetivos, mapas de auditoria, conjunto de ferramentas de implementação e guia com técnicas de gerenciamento, sendo suas práticas recomendadas por peritos em gestão de TI, podendo ser adotadas nas empresas independentemente das plataformas eu utilizam. O CobiT® é uma ferramenta eficiente para auxiliar o gerenciamento e controle das iniciativas de TI nas empresas.

Orientado ao negócio, para Fagundes (2004) o CobiT® fornece informações detalhadas para gerenciar processos baseados em objetivos de negócios auxiliando três audiências distintas:

- Gerentes que necessitam avaliar o risco e controlar os investimentos de TI em uma organização;
- Usuários que precisam ter garantias de que os serviços de TI que dependem os seus produtos e serviços para os clientes internos e externos estão sendo bem gerenciados; e
- Auditores que podem se apoiar nas recomendações do CobiT® para avaliar o nível da gestão de TI e aconselhar o controle interno da organização.

Para Roncálio (2009) esta metodologia objetiva atender as necessidades de prestadores de serviços de TI, usuários internos e externos e auditores, mas ressalta que “o mais importante é proporcionar uma orientação completa para a gestão dos processos organizacionais”. Assim a organização deve investir na gestão e no controle dos recursos (ITGI, 2007).

Como as metodologias apresentadas anteriormente, O COBIT® está organizado em quatro domínios que podem ser caracterizados pelos seus processos e pelas atividades executadas em cada fase de implantação. Os domínios do COBIT® são:

- Planejamento e Organização: questões estratégicas ligadas ao uso da TI, como a definição da estratégia de TI, arquitetura da informação, direcionamento tecnológico, investimento, riscos, gerência de projetos e da qualidade;
- Aquisição e Implementação: questões de implementação da TI envolve processos como identificação de soluções automatizadas a serem aplicadas ou reutilizadas na corporação, aquisição e manutenção de sistemas e de infra-estrutura, desenvolvimento e mapeamento de procedimentos nos sistemas, instalação e gerência de mudanças;
- Entrega e Suporte: questões operacionais ligadas ao uso da TI, manutenção e garantias ligadas a estes serviços, os processos relativos a este domínio tratam da definição dos níveis de serviço (SLA – Service Level Agreement); gerência de fornecedores integrados às atividades; garantias de desempenho, continuidade e segurança de sistemas; treinamento de usuários; alocação de custos de serviços; gerência de configuração; gerência de dados, problemas e incidentes;
 - Monitoração: questões de auditoria e acompanhamento dos serviços de TI, os processos tratam basicamente da supervisão das atividades dos outros processos; adequações realizadas na empresa para garantia de procedimentos operacionais; coleta e análise de dados operacionais e estratégicos para auditoria e para controle da organização.

Cada um desses domínios agrupa processos para atingir aos seus objetivos, totalizando a abrangência de 34 processos, em que cada processo desmembra-se em atividades e tarefas da organização (ITGI, 2007).

A figura abaixo demonstra a estrutura do CobiT® cuja metodologia defende que para atingir aos objetivos da organização, as informações solicitadas devem estar em conformidade com critérios de controle, apresentados no quadro superior interno da figura, os quais serão atingidos se houver recursos, que o CobiT® denomina de Recursos de TI, apresentados no quadro inferior interno da figura. Com base nesses critérios e nos recursos disponíveis podem ser desenvolvidos os quatro domínios, divididos nos trinta e quatro processos, criando em um ciclo no qual a melhoria da informação melhora os processos que interferem na geração da informação.

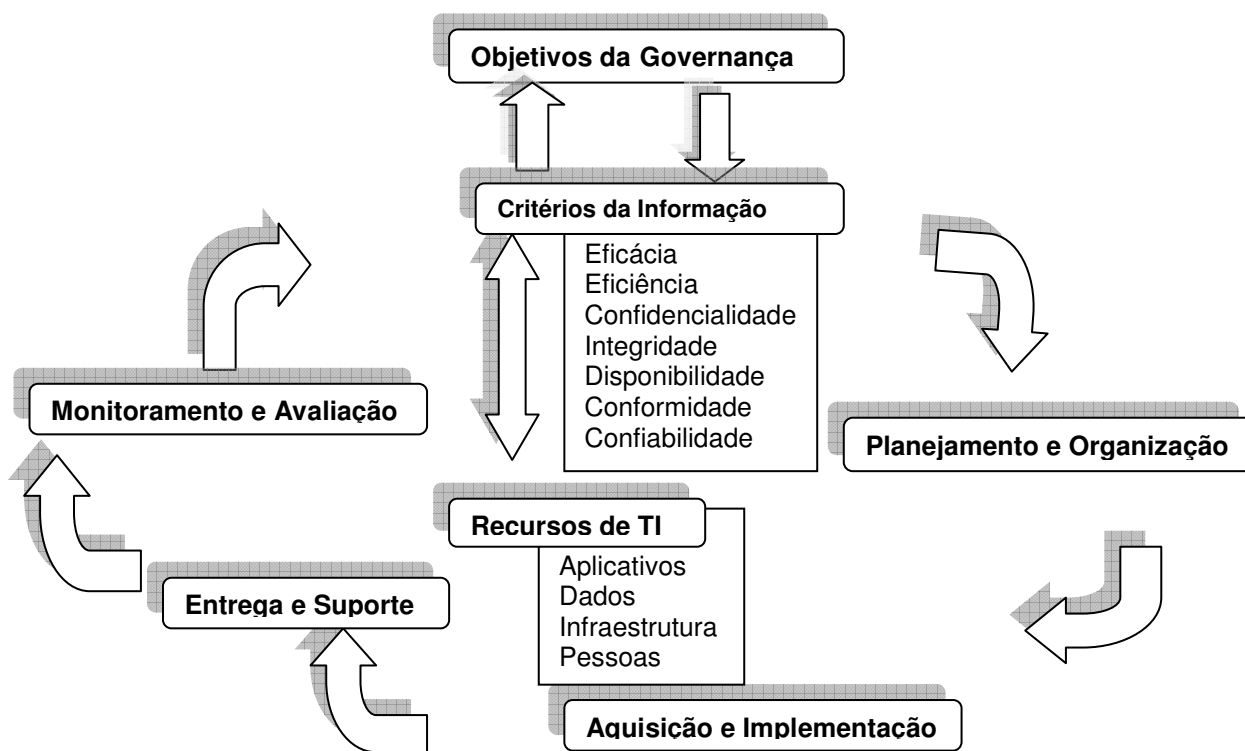


Figura 2 – Estrutura geral do CobiT® (*Control Objectives for Information and Related Technology*)

Fonte: Adaptado ITGI (2007)

Existem outras metodologias de controle, todavia as mais utilizadas no combate às fraudes e no gerenciamento de riscos são as tratadas nesta pesquisa. Observa-se, uma mudança no tratamento das metodologias de Controle Interno e governança corporativa. Segundo Zanette et al. (2008), os sistemas de controle internos voltados para a gestão dos negócios corporativos superaram as atribuições

de controles contábeis e administrativos, pois deveriam prezar pela segurança e qualidade de recursos materiais, humanos e tecnológicos, a fim de otimizar suas aplicações. O quadro abaixo apresenta uma comparação entre as metodologias aqui trabalhadas.

Quadro 4: Comparação dos modelos, COSO, CoCo, e COBIT

Metodologia de Controle	Edição/Ano	Objetivo	Característica	Inovações/resultados
COSO	CSOTC	Eficiência Eficácia Conformidade Confiabilidade Segurança no alcance de metas e objetivos e Divulgação das informações	CI visto como processo implementado por gestores e empregados Integração entre estratégia, Operações e Identificação de riscos	Estrutura integrada Simplificação das tarefas Análise e gestão de riscos CI mais abrangente Foco: toda entidade
CoCo	CICA 1997	Alcance dos objetivos Gestão dos riscos Concentra-se em valores comportamentais	CI é visto como um conceito amplo que engloba todos os elementos que contribuem para o alcance dos objetivos	Destina-se a alta administração Explicita a responsabilidade Foco: toda entidade
COBIT	ISACF 2000	Eficiência Eficácia Conformidade Confiabilidade Integridade e confidencialidade das informações	CI baseado no COSO Processos, políticas e procedimentos para o alcance dos objetivos e detecção de falhas	Informação para cada nível e tipo de usuário Governança em TI Foco: segurança e tecnologia da Informação

Fonte: Adaptação de JORDÃO e SOUZA (2008)

Maia et al. (2005, apud Jordão e Souza, 2008), ao comparar as metodologias de controle interno, observaram que todas se baseiam no gerenciamento dos riscos e contribuem para a validação e compreensão dos processos que garantem a continuidade dos negócios da corporação, cujo foco é a estrutura e os procedimentos de controle, exceto o CoCo, que se fundamenta nos valores comportamentais. Para esses autores a estrutura mais adequada de controle interno é a do COSO, recomendada pela lei norte americana, pois simplifica a tarefa do administrador, representa uma abordagem de controle interno mais reconhecida e promove o sucesso operacional da organização, contudo, mesmo que tenha se tornando um referencial, não garante a isenção de falhas ou que todos a aceitem da mesma maneira.

Todo controle interno, independentemente da metodologia utilizada para executá-lo deve ser submetido a parecer de auditoria, seja interna ou externa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A monografia é uma pesquisa científica que exige metodologias adequadas para que se possa delinear o tema proposto, definir planos e estruturas com o propósito de nortear o pesquisador na busca de respostas as questões do estudo (RAUPP; BEUREN, 2008).

Para Andrade (2001) “pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos”, ou seja, “pesquisar, significa de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 19).

Gil (2002, p. 42) define pesquisa como “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Neste capítulo serão tratados os métodos e técnicas adotados para a realização do presente estudo, ou seja, os caminhos percorridos para encontrar respostas ao problema da pesquisa e atingir seus objetivos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Utilizando-se das tipologias expostas por Silva; Menezes (2001), a presente pesquisa é enquadrada em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos seus procedimentos e quanto à abordagem do problema explorado.

a) Quanto aos objetivos:

Em seus objetivos, o presente trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo, pois, segundo Gil (2002, p. 42), esse tipo de pesquisa objetiva a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Corroborado por Raupp e Beuren (2008, p. 81) ao explicarem que “descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos”. Sendo assim, como esta pesquisa estuda as características organizacionais e a atuação dos órgãos centrais de controle interno de empresas com faturamento bruto anual entre R\$ 360.000,00 e R\$ 3.600.000,00, clientes de um banco da Grande Florianópolis, relatando-as e comparando os dados coletados e as informações, trata-se de uma pesquisa descritiva.

b) Quanto aos procedimentos:

A presente pesquisa se caracteriza, quanto aos procedimentos, como de levantamento ou survey. Para Raupp e Beuren (2008, p. 83), “os procedimentos da pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”, incluindo nessa tipologia os estudos de caso, as pesquisas de levantamento ou survey, as pesquisas bibliográficas, documentais, participantes e experimentais.

Segundo Gil (2002, p.36), as pesquisas de levantamento são caracterizadas “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”, procedimento este adotado nesta pesquisa ao questionar diretamente os atores das empresas que compõem a amostra intencional, objetivando verificar a existência, organização e atuação dos setores de controle interno.

Ainda, segundo Kidder (1987), existe o experimento, o quase experimento, a pesquisa de levantamento (survey) e a observação participante, explicando que cada um desses procedimentos são úteis em diferentes situações e são mais aplicáveis para responder a um tipo de questão.

Para Raupp e Beuren (2008) o procedimento de levantamento é o melhor a ser utilizado em estudos descritivos, o que é o caso, apesar de ser o levantamento o principal procedimento de pesquisa utilizado, esse estudo inclui, também, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, pois, Cervo e Bervian (1983, p. 55) explicam que a pesquisa bibliográfica “pode ser realizada independente ou como parte da pesquisa descritiva ou documental”.

Neste trabalho a pesquisa bibliográfica foi utilizada por meio da consulta de livros, dissertações, teses, artigos científicos, entre outros referenciais com o intuito de reunir conhecimento sobre o tema e o problema, construindo-se o suporte para coleta e análise dos dados, assim como, para atingir os objetivos propostos. O presente estudo baseou-se, também, em documentos legais, em relatórios e pareceres emitidos.

Para Raupp e Beuren (2008, p. 89) esse tipo de pesquisa também “pode integrar o rol de pesquisas utilizadas em um estudo” complementando que “sua notabilidade é justificada no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de pesquisa”.

c) Quanto à abordagem do problema:

Quanto à abordagem do problema as tipologias de pesquisa são definidas como: quantitativa que se caracteriza por utilizar instrumentos estatísticos, simples (percentuais, médios, desvios-padrões, etc.), ou mais complexos (análises de regressão, correlações, etc.), na coleta e no tratamento dos dados (Raupp e Beuren, 2008) e, qualitativa por meio da qual é possível analisar com maior profundidade os fenômenos estudados, pois pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Ainda para Richardson (1999, p. 70) o “método precisa estar apropriado ao tipo de estudo que se deseja realizar, mas é a natureza do problema ou seu nível de aprofundamento que, de fato, determina a escolha do método”.

Nas pesquisas aplicadas às ciências sociais, neste caso, à contabilidade, é frequente o uso da abordagem qualitativa-quantitativa, haja vista que uma complementa a outra, pois estudos qualitativos podem se remeter a dados quantificáveis sem perder o seu caráter qualitativo.

Assim, quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa-quantitativa, pois por meio da análise de dados de caráter avaliativo, busca-se conhecer a realidade dos setores de controle interno, no que se refere a sua organização e atuação frente a difícil tarefa de combate a fraudes e gerenciamento de riscos das empresas pesquisadas, para que se mantenham sadias no mercado cada vez mais competitivo.

3.2 AMOSTRA

Dada a delimitação da presente pesquisa, no qual são estudados os sistemas de controle de Empresas de Pequeno Porte – EPP, clientes de um Banco da Grande Florianópolis, que possui 199 (cento e noventa e nove) contas jurídicas, das quais 90 (noventa) possuem faturamento bruto que atende ao critério legal EPP, cuja caracterização passa a ser feita.

3.2.1 Caracterização da EPP

Tanto médias como pequenas empresas têm desempenhado um papel de destaque, tanto na economia nacional como também na economia mundial. Servem de incubadoras que antecedem as grandes empresas, seja como laboratório de empresários e executivos, ou geradoras de empregos e oportunidades.

Grande tem sido a discussão a respeito do papel a ser desempenhado pelas empresas de pequeno porte na economia, mas a indefinição a respeito do que venha exatamente a ser "pequenas empresas" tem ocupado os estudiosos do assunto.

Os EUA foram os primeiros a definir pequena empresa, em determinação oficial no Selective Service Act, de 1948, que a estabeleceu por meio do atendimento aos seguintes critérios:

1. sua posição no comércio ou indústria da qual faz parte não seja dominante;
2. o número de empregados não seja superior a 500;

3. seja possuída e operada independentemente.

Outros critérios podem ser utilizados para definir EPP. Vidal (apud Kassai, 1997), classifica-os e exemplifica em:

- qualitativos: incipiente especialização em termos de organização e administração (em geral familiar e centralizada); e,
- qualitativos combinados: ausência de organização com estrutura financeira inadequada.

Pinheiro (apud Kassai, 1997, p. 1) acrescenta os critérios mistos, oriundos da combinação de aspectos qualitativos e quantitativos. E comenta que:

"A associação de critérios quantitativos e qualitativos, combinando indicadores econômicos com características políticas e sociais, aliadas a critérios de atribuição de pesos diferentes para cada um deles, de acordo com as peculiaridades da atividade exercida e a estrutura econômica da região ou país, parece permitir uma análise mais adequada para fins de categorização de empresas".

Outros critérios são utilizados para definição do que seja empresa de pequeno porte, diante dessa diversidade e das diferentes interpretações no que se refere ao enquadramento legal, pois nas diversas esferas do governo uma empresa pode ser considerada microempresa para fins de IR, mas não atenda aos limites de isenção de ISS ou de ICMS, o Brasil, por meio da Lei nº 9.317, de 05.12.96, criou o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

A Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e definiu:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e **empresas de pequeno porte** (grifo meu) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

§ 1º Cabe ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) apreciar a necessidade de revisão, a partir de 1º de janeiro de 2015, dos valores expressos em moeda nesta Lei Complementar (BRASIL, 2006, s/n).

A Lei Complementar nº 139 de 19 de novembro de 2011, que alterou a LC 123/2006, define:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

[...] e

II - no caso da empresa de pequeno porte aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) (BRASIL, 2011, s/n, sem grifo no original).

3.2.2 Composição da Amostra

O banco, no qual as empresas pesquisadas são clientes, possui 199 (cento e noventa e nove) contas jurídicas, das quais 90 (noventa) se enquadram no critério estabelecido de empresas de pequeno porte, ou seja, 45,23% do total, dessas 73 (setenta e três) contas, perfazendo 36,68% do total, estão ativas, e que compuseram o grupo pesquisado.

Após o envio, por correio eletrônico, 43 (quarenta e três) empresas ou 21,61% das contas jurídicas, retornaram os questionários. O gráfico 01, representado abaixo, demonstra os percentuais relativos à composição do grupo.

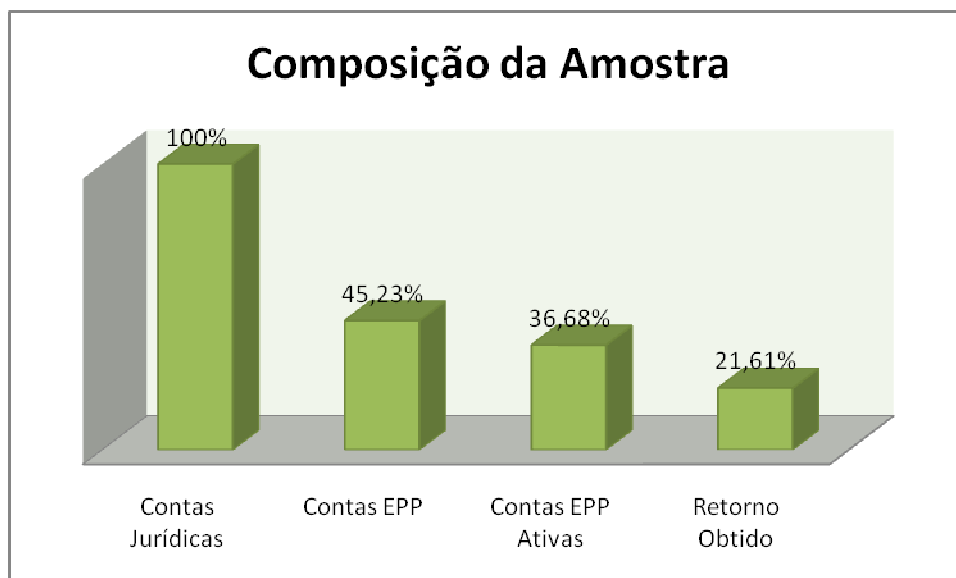


Gráfico 01 – Composição da Amostra

Considerando o grupo pesquisado, ou seja, contas EPP ativas, o retorno alcançado atingiu um percentual significativo, como é demonstrado no gráfico 02 abaixo.

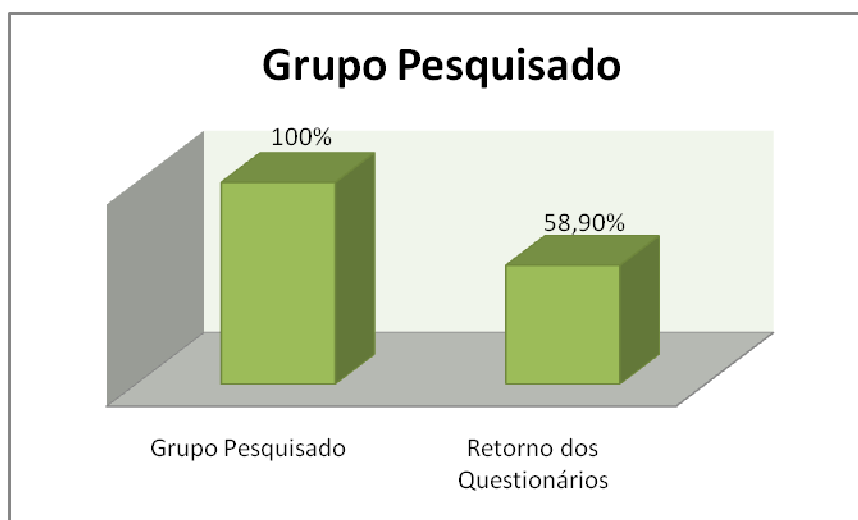


Gráfico 02 – Grupo Pesquisado

O retorno dos questionários permitiu uma base de dados que convalida a pesquisa, na qual foi verificada existência, ou não, de Sistema de Controle Interno nas mesmas.

4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados, após a identificação das empresas que compunham a amostra intencional, em abril de 2012, ocorreu por meio exclusivo de aplicação de questionário, estruturado com 14 quesitos, aos responsáveis pelas empresas pesquisadas, enviados por correio eletrônico (Apêndice A). Esse foi o instrumento utilizado para identificar a estrutura e a organização das empresas e verificar a existência de sistema de controle interno, sua abrangência, intenções e suas interações.

Os dados foram tabulados em uma planilha de Excel (Windows XP) e, para procedimentos de categorização das variáveis, as informações foram trabalhadas em tabela dinâmica.

O tratamento dos dados foi realizado por meio de estatística descritiva, visando verificar as medidas de tendência central, frequências e percentuais, cálculo da média, bem como medidas de variabilidade e desvio padrão, permitindo a análise do comportamento das respostas dos sujeitos da pesquisa com relação às variáveis analisadas.

4.1 CARACTERÍSTICAS DO GRUPO PESQUISADO

O primeiro questionamento, feito ao grupo pesquisado, foi referente a área de atuação da empresa, o que está demonstrado, em percentuais, na Tabela 01.

Tabela 01 – Área de Atuação do Grupo Pesquisado

Área de Atuação	Valor Absoluto	Frequência Relativa (%)
Com. Varejista	16	37,21%
Transp. Rod. Carga	06	13,95%
Constr. Civil	05	11,63%
Com. Atacadista	05	11,63%
Indústria	04	9,30%
Alimentação	03	6,98%
Serviços de Saúde	02	4,65%
Serviços Cartorários	01	2,33%
Serviços Contábeis	01	2,33%

Significativa a participação do comércio varejista com quase quarenta por cento do grupo pesquisado, estando separado por uma diferença de 23,26 pontos percentuais do ramo que aparece em segundo lugar, enquanto que a diferença entre o segundo e quarto ramos apontados é de apenas 2,32 pontos percentuais, mantendo esta tendência entre os demais ramos.

Importante, também, a identificação do tempo de constituição das empresas, pois o controle interno evolui à medida que a empresa também evolui e suas atividades se tornam mais complexas. Para este quesito, as empresas foram divididas em quatro grupos, as que foram constituídas há cinco, de cinco a dez anos, de dez a vinte anos e acima de vinte anos. A Tabela 02 demonstra como se apresentaram em relação ao tema.

Tabela 02 – Tempo de Constituição das Empresas

Tempo de Constituição	Valor Absoluto	Frequência Relativa (%)
Até Cinco Anos	20	46,51
De Cinco a Dez Anos	12	27,91
De Dez a Vinte Anos	10	23,26
Acima de Vinte Anos	01	2,33

A grande maioria das empresas, que fizeram parte do grupo pesquisado, está há pouco tempo no mercado, ainda na fase inicial de constituição, uma característica de empresas de pequeno porte. Outra questão importante levantada foi o número de profissionais atuando nas empresas. Esta questão também foi dividida em três grupos, seguindo o mesmo critério do tempo: até cinco pessoas, entre cinco e dez pessoas, de dez a vinte pessoas e acima de vinte pessoas, o que está demonstrado na Tabela 03 abaixo.

Tabela 03 – Número de Profissionais Atuando na Empresa

Número de Funcionários	Valor Absoluto	Frequência Relativa (%)
Até Cinco Pessoas	18	41,86
De Cinco a Dez Pessoas	12	27,91
De Dez a Vinte Pessoas	08	18,60
Acima de Vinte Pessoas	05	11,63

Os resultados deste quesito demonstram certo equilíbrio se destacando as empresas com até cinco profissionais, mas chamando atenção a representação das empresas que possuem entre cinco e dez profissionais atuando nas mesmas.

4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Entrando mais especificamente no tema do estudo, foi perguntado às empresas se possuíam controle interno. Surpreendentemente quarenta empresas, o que representa 93,02% da amostra inicial, responderam positivamente, apenas três, ou seja, 6,98% das empresas pesquisadas, responderam negativamente à questão. A partir deste dado a amostra passou a contar com a participação de quarenta empresas, pois os quesitos seguintes estavam intrinsecamente relacionados à existência de controle interno.

Foi perguntado, às empresas que responderam positivamente à existência de controle interno, quais os principais objetivos da implantação do mesmo, possibilitando quatro respostas fechadas, com possibilidade de assinalar mais que uma opção, resposta R1 – Apoio para tomada de decisão; resposta R2 – Resguardar o ativo da empresa; resposta R3 – Prevenir/corrigir falhas; e a R4 – Outros . Os resultados estão apresentados na Tabela 04.

Tabela 04 – Objetivos da Implantação do Controle Interno

Objetivo para Implantação do CI	Valor Absoluto	Frequência Relativa (%)
Apoio para Tomada de Decisão	25	62,50
Resguardar o ativo da Empresa	30	75,00
Prevenir/Corrigir Falhas	09	22,50
Outros	03	7,50

As respostas obtidas demonstram que as empresas têm utilizado conscientemente o controle interno, haja vista, que as opções R1 e R2, apoio na tomada de decisão e resguardar o ativo da empresa, respectivamente, somadas foram assinaladas cinquenta e cinco vezes, para opção outros foi registrado o controle financeiro como objetivo para a implantação do controle interno.

O quesito seis do questionário investigou as áreas que possuem controle interno, com possibilidade de resposta: R1 Setor Financeiro; R2 Setor de Produção; R3 Setor de Estoque; R4 Setor de Compras; R5 Setor de Vendas; R6 Setor Contábil; R7 Todas; R8 Outras. Os resultados obtidos estão representados na Tabela 05, abaixo.

Tabela 05 – Áreas que possuem Controle Interno

Áreas Que Possuem CI	Valor Absoluto	Frequencia Relativa (%)
Setor Financeiro	36	38,71
Setor de Produção	06	6,45
Setor de Estoque	16	17,20
Setor de Compras	11	11,83
Setor de Vendas	11	11,83
Setor Contábil	07	7,53
Todas	04	4,30
Outras	02	2,15

Como era de se esperar a área mais apontada pelas empresas foi o setor financeiro, todavia os demais resultados estão intimamente ligados à área de atuação das empresas pesquisadas, pois as áreas que, depois do financeiro, mais apresentaram incidência de existência de controle interno foram às áreas ligadas ao comércio, ou seja, estoque, compras e vendas, para confirmar essa possibilidade foi feito um cruzamento de dados, o que está demonstrado na Tabela 06, abaixo. Poucas são as empresas que possuem controle interno em todas as áreas.

Tabela 06 – Cruzamento de Dados Entre Área de Atuação e Setor com Controle Interno

Área de Atuação	Setor Financeiro		Setor de Estoque		Setor de Compras		Setor de Vendas	
	V. A.	F. R. (%)	V. A.	F. R. (%)	V. A.	F. R. (%)	V. A.	F. R. (%)
Comércio Varejista	13	13,98	11	11,83	05	5,38	05	5,38
Comércio Atacadista	04	4,30	04	4,30	03	3,23	03	3,23
Alimentação	02	2,15	01	1,08	02	2,15	02	2,15
Indústria	03	3,23		0,00	01	1,08	01	1,08
Transporte Rodoviário de Carga	06	6,45		0,00		0,00		0,00
Construção Civil	04	4,30		0,00		0,00		0,00
Serviços de Saúde	02	2,15		0,00		0,00		0,00
Serviços Contábeis	01	1,08		0,00		0,00		0,00
Serviços Catorários	01	1,08		0,00		0,00		0,00

Como demonstrado na Tabela 06 as empresas que responderam positivamente à existência de controle interno nos setores que apresentaram maior incidência foram exatamente àquelas ligadas ao comércio caracterizando o componente Avaliação de Risco do protocolo COSO.

No quesito sete foi perguntado às empresas se o sistema de controle interno havia sido: R1 Desenvolvido Especialmente Para Atender as Necessidades da Empresa; R2 Comprado Pronto; R3 Baixado na Internet; R4 Feito em Excel; e R5 Outros. A essa questão às empresas responderam positivamente conforme demonstrado na Tabela 07.

Tabela 07 – Sistema de Controle Utilizado pelo Grupo Pesquisado

Controle Interno	Valor Absoluto	Frequência Relativa (%)
Desenvolvido Para a Empresa	08	17,02
Comprado Pronto	21	44,68
Baixado da Internet	01	2,13
Feito no Excel	16	34,04
Outros	01	2,13

É possível identificar que há investimento das empresas objetivando instrumentalizar o controle interno, pois mais de cinquenta por cento, das mesmas, adquiriam algum sistema de controle interno.

Objetivando identificar a profissionalização do controle interno das empresas pesquisadas foi perguntado qual profissional é responsável por analisar o resultado obtido por meio do sistema de controle interno. À questão foi possibilitada quatro respostas: R1 Controller; R2 Responsável pela Área em que SCI está instalado; R3 Proprietários; e R4 Outros. Os resultados estão representados na Tabela 08.

Tabela 08 – Profissional Responsável pelo Sistema de Controle Interno

Profissional Responsável	Valor Absoluto	Frequência Relativa (%)
Controller	01	2,44
Responsável Área em que o SCI está Instalado	09	21,95
Proprietários	31	75,61
Outros	00	0

Ao questionamento feito, a significativa maioria das empresas assinalou a opção proprietários. Esta é uma característica das empresas de pequeno porte, cuja administração normalmente é familiar e está centrada na figura do proprietário, mas é importante investigar se os mesmos possuem formação acadêmica e, em caso positivo, qual o curso de formação. Os resultados apontaram que dezesseis empresas, ou seja, 40% possuem responsáveis pelo SCI com formação acadêmica e estão dispostas na Tabela 09 as áreas de formação, dos mesmos.

Tabela 09 – Formação Acadêmica Por Curso dos Responsáveis Pelo SCI

Formação Acadêmica	Valor Absoluto	Frequência Relativa (%)
Ciências Contábeis	04	25,00
Economia	01	6,25
Administração	10	62,5
Outros	01	6,25

Considerando a amostra que participou desta parte da pesquisa, ou seja, quarenta empresas, pouco menos da metade possui responsáveis pelo controle interno com formação acadêmica. Àqueles que a possui, a grande maioria se concentra na área das Ciências Sociais Aplicadas, especialmente em administração.

Cruzando os dados da Tabela 08 e Tabela 09 é possível identificar as características dos responsáveis pelo controle interno em relação à formação acadêmica dos mesmos.

Tabela 10 – Cruzamento dos dados Profissional Responsável pelo CI e Formação Acadêmica.

Profissional Responsável	Área de Formação							
	Contábeis		Economia		Administração		Outros	
	V. R		V. R		V. R (%)		V. R	
	V.A.	(%)	V.A.	(%)	V.A.	V. R (%)	V.A.	(%)
Controller	00		00		01	6,25	00	
Resp. Área Instalação do CI	00		01	6,25	03	18,75	01	6,25
Proprietários	04	25,00	00		06	37,50	00	

Chama atenção a formação dos proprietários quando estes são responsáveis pelo CI, pois ou possuem formação em Ciências Contábeis ou Administração.

As Tabelas 07/08/09 e 10 possibilitam identificar que o CI das empresas pesquisadas utiliza como base os componentes do protocolo COSO.

Também foi perguntado se, além do sistema de controle interno informatizado, há na empresa o controle por alçada, ou seja, se há mais de um funcionário envolvido em um determinado processo. Apenas nove empresas responderam positivamente, pouco mais de vinte por cento da amostra. As três últimas questões, feitas ao grupo pesquisado, questionaram se havia conferência em alguma área, se havia locais restritos e se do ponto de vista dos pesquisados o controle interno seria uma ferramenta fundamental para combater a fraude e proporcionar o desenvolvimento da empresa, respectivamente o que demonstra a eficiência, eficácia e nível de confiabilidade dos controles internos nas empresas pesquisadas. Os resultados estão expressos na última tabela apresentada.

Tabela 11 – Confiabilidade do Controle Interno nas Empresas Pesquisadas

Há Conferência		Há Locais Restritos		O CI é Fundamental no Combate a Fraude e no Desenvolvimento da Empresa	
V. A.	F. R. (%)	V. A.	F. R. (%)	V. A.	F. R. (%)
19	47,5	8	20	40	100

O resultado dos quesitos apresentados acima demonstra que, mesmo existindo um sistema de controle interno informatizado, há conferência em uma parcela significativa das empresas, já com índice menor, mas não menos importante, boa parte das empresas mantém locais restritos em seu ambiente físico e que todas as empresas que participaram da amostra, por meio dos representantes que responderam ao questionário, acreditam que o controle interno é uma ferramenta fundamental no combate a fraudes ou correção de erros, contribuindo para o desenvolvimento das empresas, caracterizando o componente monitoramento previsto no protocolo COSO.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Este trabalho tratou do tema controle interno em empresas de pequeno porte de maneira teórica-empírica, pois buscou suporte em referenciais teóricos e documentos para subsidiar à coleta e análise de dados sobre a existência de controle interno no grupo pesquisado. Sendo assim, considera-se que a presente pesquisa atingiu os objetivos traçados.

Quanto à abrangência do controle interno nas empresas de pequeno porte, que compuseram o grupo pesquisado, os resultados demonstram que as administrações desse tipo de organização estão atentas as orientações legais e estão pautando suas decisões nos resultados apontados pelos controles existentes nas mesmas, buscando corrigir possíveis falhas, sobretudo, resguardando os ativos das empresas para que mesmas se mantenham no mercado cada vez mais competitivo, pois a grande maioria da amostra inicial, mais de 90%, possui algum tipo de controle. A pesquisa demonstrou que os setores que possuem CI estão relacionados com as atividades que atentem ao objetivo da organização.

Quanto à formação das pessoas que compõem o controle interno, por se tratar de empresas de pequeno porte, cuja característica é de administração familiar, entre outras, a pesquisa revelou que, em parcela significativa, a responsabilidade sobre o controle é do proprietário. Um dado relevante evidenciado é que quase 50% destes possuem formação acadêmica, e destes, 93,75% teve sua formação da área das ciências sociais aplicadas, com 25% em Ciências Contábeis e 37,50% em Administração.

Quanto à identificação dos procedimentos adotados pelo controle interno, ficou evidenciado que as empresas investem em sistemas de controle adquirindo sistemas prontos e, em menor escala, adquirido sistemas desenvolvidos especialmente para as mesmas. Boa parte ainda registra seus controles em planilhas utilizando a ferramenta do Microsoft Office Excel, sem a utilização de um sistema protocolar específico para o controle interno, corroborando com os referenciais teóricos, pois a qualidade dos protocolos de controle, por si só, não

garantem o sucesso, nem da organização, nem do controle interno (MAIA et al. 2005, apud JORDÃO E SOUZA, 2008).

Ainda, em relação aos procedimentos adotados, o estudo revelou que as áreas que possuem controle estão relacionadas ao objetivo das empresas. Como grande parte da amostra se concentra no comércio, quanto à área de atuação, os setores que estão submetidos ao controle são o estoque, compras, vendas e por último o financeiro. Tais controles, mesmo que não utilizem protocolos com reconhecimento internacional, seguem as orientações dos estudiosos ao submeterem, os mesmos, a verificações posteriores, o estudo demonstra que quase 50% adotam este procedimento e que é unânime o entendimento de que a existência de controle interno é fundamental no combate as fraudes ou erros, correção a possíveis falhas e no desenvolvimento das empresas.

Mesmo que não sejam adotados protocolos internacionais, fica evidenciado que componentes de tais protocolos estão presentes nos procedimentos de CI adotados pelas empresas pesquisadas.

Além das evidências levantadas, o presente estudo pode servir como base para elaboração de estudos futuros mais aprofundados que pretendam demonstrar a existência de estrutura adequada para os controles internos nas empresas de pequeno porte, ficando, para futuras pesquisas, a sugestão de:

- aplicação de questionários que envolva a toda a equipe de trabalho;
- questionários que aprofundem o conhecimento dos procedimentos adotados em todos os setores; e,
- que investiguem os procedimentos das auditorias internas e externas.

REFERÊNCIAS

AAA – American Accounting Association. COSO Launches New Study on Managing Enterprise Risks. **The Auditor's Report**. USA, volume 25, n. 2, janeiro/2002. Disponível em: <<http://aaahg.org/Pubs/Audrep/02spring/item09.htm>> Acesso em: 28 de maio de 2012.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de Trabalhos na Graduação**. 5º ed. São Paulo. Atlas, 2001.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de Trabalhos na Graduação**. 5º ed. São Paulo. Atlas, 2001.

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijav. **Sistemas de controle gerencial**. São Paulo. Atlas, 2002.

ATTIE, William. **Auditoria interna**. 2º ed. São Paulo. Atlas, 2007.

AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna**. 2. ed. São Paulo: Audibra, 1992.

AVALOS, José Miguel Aguilera. **Auditoria e gestão de riscos**. Instituto Chiavenato (org.). São Paulo. Saraiva, 2009.

BARBOSA, Dimitri Oliveira; SPECCHIO, Silvia Regina Astorino; PUGLIESI, Walter Roberto. **Novas Metodologias**. São Paulo. IBCB, 1999.

BOYNTON, William C., JOHNSON, Raymond N. e KELL, Walter G. Tradução: José Evaristo dos Santos. **Auditoria**. São Paulo. Atlas, 2002.

BRASIL, **Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, DOU de 15.12.2006, Republicada no DOU de 31/01/2009 (EDIÇÃO EXTRA). Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2011/leicp139.htm>, Acessado em: 06 de abril de 2012.

BRASIL, **Lei Complementar Nº 139, de 10 de novembro de 2011**. Altera Dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, DOU de 11.11.2011. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2011/leicp139.htm>, Acessado em: 06 de abril de 2012.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. **Decreto Lei nº 2.848/1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 01 de fevereiro de 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: Para Uso dos Estudantes Universitários**. São Paulo. McGrae-Hill do Brasil, 1983.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia**. Brasília: CFC, 2006.

CICA - Canadian Institute Of Chartered Accountants. **Guidance on Assessing Control : The CoCo Principles**. 1997. Disponível em: <www.cica.ca>. Acesso em: 12 maio de 2012.

COHEN, Lawrence E., FELSON, Marcus. **Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach**. American Sociological Review. Vol. 44, p.588-605, 1979.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 836/2000**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>> Acesso em: 29 de janeiro de 2012.

CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues. **Contabilidade Criativa: Um Estudo Sobre a Sua Caracterização**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. Paraná, ano 28, nº 136, p. 45, 2º Quadrimestre de 2003.

COSO - Committee Of Sponsoring Organizations Of The Treadway Commission. **Key concepts**. Disponível em: <<http://www.coso.org>>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

COSO - Committee Of Sponsoring Organizations Of The Treadway Commission. Tradução: AUDIBRA e PricewaterhouseCooper. **Gerenciamento de riscos corporativos - estrutura integrada**: sumário executivo e estrutura. 2007. Disponível em: <<http://www.coso.org/Publications/>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle Interno nos Municípios: Orientação Para a Implantação e Relacionamento com os Tribunais de Contas**. 3º ed. São Paulo. Atlas, 2007.

DAVIS, Marcelo David; BLASCHEK, José Norberto de Souza. **Deficiências dos sistemas de controle interno governamentais atuais em função da evolução da economia**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/1.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

DVORANOSK, Guilherme. **Considerações Sobre Eventos Subseqüentes e as Normas de Auditoria**. 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25724/000751337.pdf?sequence=1>> Acessado em: 01 de fevereiro de 2012.

EFC - Engenheiros Financeiros e Consultores. Disponível em: <http://www.efc.com.br/editoriais/ControlesInternos_e_GovernancaCorporativa/OEF_C1999_0924.htm> acesso em: 27 de maio de 2012.

FAGUNDES, Eduardo Mayer. **COBIT: um kit de ferramentas para a excelência na gestão de TI**. Brasil: 2004. Disponível em: <http://www.efagundes.com/artigos/Arquivos_pdf/cobit.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2012.

FAYOL, Henri. **Administração Industrial e Geral**. 10^o ed. São Paulo. Atlas, 1989.

FRANCO, H.; MARRA, E.. **Auditoria Contábi: Normas de Auditoria, Procedimentos e Papéis de Trabalho, Programas de Auditoria e Relatórios de Auditoria**. 2^o ed. São Paulo. Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4^o ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBRACON. **Normas internacionais de auditoria e código de ética profissional**. São Paulo: Ibracon, 1998.

ITGI – IT GOVERNANCE INSTITUTE. **CobiT 4.1 excerpt** – Executive Summary - Framework. Rolling Meadows – USA: ITGI, 2007. Disponível em: <<http://www.isaca.org/AMTemplate.cfm?Section=Downloads&Template=/ContentManagement/ContentDisplay.cfm&ContentID=34172>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

INTOSAI- International Organization Of Supreme Audit Institutions. **Guidelines for internal controls standards for the public sector**, 2004. Disponível em: <http://www.intosai.org/level3/Guidelines/3_InternalContrStand/3_GulCS_PubSec_e.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2012.

JORDÃO, Ricardo Vinícius Dias; SOUZA, Antônio Artur de. **Uma Discussão Sobre o Papel da Ética de Resultados nos Principais Modelos Internacionais de Controle Interno**. IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão - Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras. Niterói, RJ, Brasil, 31 de julho, 01 e 02 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg4/anais/T7_0058_0309.pdf> Acesso em: 26 de maio de 2012.

KIDDER, Louise H. (Organizadora). **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos da pesquisa**. 2^o ed. São Paulo. EPU, 1987.

KASSAI, Silvia. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade**. Cad. estudos nº15, São Paulo Jan./June 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-92511997000100004> Acesso: 09 de junho de 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 3^o ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Fundamentos e Auditoria Governamental e Empresarial com Modelos de Documentos e Pareceres Utilizados**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Silvana de Borba Zorn. **Um Estudo Sobre os Impactos da Lei Sarbanes – Oxley na Área de Auditoria Interna de Uma Empresa Brasileira com Ações Negociadas nos Estados Unidos**. 2007. 82 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, 2007.

MAGALHÃES, Antônio de Deus F.; LUNKES, Irtes Cristina; MÜLLER, Aderbal Nicolas. **Auditoria nas organizações:** metodologias alternativas ao planejamento e à operacionalização dos métodos e das técnicas. São Paulo: Atlas, 2001.

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. **Controles Internos nas Organizações: Um Estudo Abrangente dos Princípios de Controle Interno: Ferramentas para Avaliação dos Controles Internos em sua Organização.** 2º ed. São Paulo: Edicta, 2004.

MORAES, José Cássio Fróes. **Análise da eficácia da disseminação de conhecimentos sobre controles internos após sua implementação no Banco do Brasil.** 2003. 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção – Área: Gestão da Qualidade e Produtividade) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2003.

MURCIA, Fernando Dal-ri ; BORBA, José Alonso. **Mecanismos Legais de Coibição das Fraudes em Empresas no Brasil.** 2008. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/184/20080718134606.pdf> Acesso em: 29 de janeiro de 2012.

MURCIA, Fernando Dal-ri; BORBA, José Alonso. **Quantificando as Fraudes Contábeis sob duas Óticas: Jornais Econômicos Versus Periódicos Acadêmicos no Período 2001- 2004.** 2005. Disponível em: <<http://www7.rio.rj.gov.br/cgm/academia/artigos/>> Acesso em: 29 de janeiro de 2012.

MURCIA, Fernando Dal-ri; BORBA, José Alonso; SCHIEHL, Eduardo. **Relevância dos Red Flags na Avaliação do Risco de Fraudes nas Demonstrações Contábeis: a Percepção de Auditores Independentes Brasileiros.** São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/333.pdf>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2012.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; LINHARES, Juliana e Silva. **A Implantação de Controle Interno Adequado às Exigências da Lei Sarbanes-Oxley em Empresas Brasileiras: Um Estudo de Caso.** In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006, São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/38.pdf>> Acesso em: 03 março de 2012.

PETERS, Marcos. **Implementando e Gerenciando a Lei Sarbanes Oxley: Governança Corporativa Agregando Valor aos Negócios.** 1º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais.** In BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RONCÁLIO, Michele Patricia. **Controle Interno na Administração Pública Municipal: Um Estudo Sobre a Organização e a Atuação de Órgãos Centrais de**

Controle Interno de Municípios Catarinenses com mais de 50.000 Habitantes, Frente as Funções Estabelecidas na Constituição Federal. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Florianópolis, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SOUZA, José Carlos de. **Fraudes Contábeis: As Respostas da Contabilidade nos Estados Unidos e na Europa**. In: SEGET. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006, Rezende - RJ.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Leticia Medeiros da; MACHADO, Silvana de Borba Zorn. **Um Estudo Sobre os Impactos da Lei Sarbanes – Oxley na Área de Auditoria Interna de uma Empresa Brasileira com Ações Negociadas nos Estados Unidos**. 2009. Disponível em: <http://congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/555.pdf> Acesso em: 01 de fevereiro de 2012.

SORTICA, Eduardo Almansa; CLEMENTI, Sérgio; CARVALHO Tereza Cristina M. B. **Governança de TI: Comparativo Entre COBIT e ITIL**. Disponível em: <<http://www3.fsa.br/LocalUser/gestaoti/Ativ09%20CLEMENTI%202004%20%20Governan%C3%A7a%20de%20TI%20Comparativo%20entre%20Cobit%20e%20Itil.pdf>> Acesso em 27 de maio de 2012.

TAKAR, Téo. Bolsas européias seguem direções opostas com dúvidas sobre pacote; **Valor Online**. 13/05/2010. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2012.

ZANETTE, M. A., DUTRA, M. A., ALBERTON, L.. **Reflexões acerca das propostas metodológicas de controle interno**. Disponível em: <www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos72007/402.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário sobre controle interno aplicado nas Empresas de Pequeno Porte – EPP (receita bruta anual entre 360 mil e 3,6 milhões de reais conforme Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) clientes de um banco privado da Grande Florianópolis.

QUESTIONÁRIO SOBRE CONTROLE INTERNO APLICADO NAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (receita bruta anual entre 360 mil e 3,6 milhões de reais conforme a Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) COM CONTA BANCÁRIA EM UM BANCO PRIVADO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS:

1- Qual o ramo de atividade da empresa?

R _____

2- A quanto tempo a empresa foi constituída?

R _____

3- Quantos funcionários a empresa possui?

R _____

4- Há controle interno na empresa?

R1 () Sim

R2 () Não

5- Qual o principal motivo da implantação do controle interno na empresa?

R1() Apoio para tomada de decisão R2() Resguardar o ativo da empresa

R3() Prevenir/corrigir falhas R4() Outros

6- Quais áreas possuem controle interno na empresa?

R1() Setor Financeiro R2() Setor de Produção R3() Setor de estoque

R4() Setor de compras R5() Setor de vendas R6() Setor contábil

R7() Todas R8() Outras

7- O sistema de controle interno aplicado na empresa foi:

R1() Desenvolvido especialmente para atender as necessidades da empresa

R2() Comprado pronto R3() Baixado na internet R4() Feito no Excel R5() Outros

8- Quem é o profissional responsável por analisar o resultado obtido através do sistema de controle interno?

R1() Controller R2() Responsável pela área que o sistema está instalado R3() Proprietário R4() Outros

9- O profissional responsável por analisar o resultado possui formação acadêmica?

R1() Sim R2() Não

10- Em qual curso esse profissional se formou?

R1() Ciências Contábeis R2() Economia R3() Administração R4() Outros

11- Além do sistema de controle interno informatizado, há na empresa o controle por parte de alçadas (mais de um funcionário envolvido em um determinado processo)?

R1() Sim R2() Não

12- Há conferência/contagem casual/esporádica em alguma das áreas?

R1() Sim R2() Não

13- Há locais restritos onde apenas alguns profissionais têm acesso?

R1() Sim R2() Não

14- No seu ponto de vista, você ve o controle interno como ferramenta fundamental para combater a fraude e proporcionar o desenvolvimento da empresa?

R1() Sim R2() Não